

MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 23, DE 04 DE ABRIL DE 2025.**

Excelentíssima Senhora  
Digníssima Veridiana Pacheco  
***Presidente da Câmara Municipal***  
Sapucaia do Sul/RS  
Nesta.

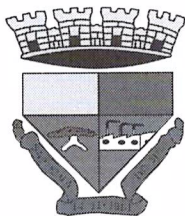
**Senhora Presidente:**

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, utilizando a prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul, para apreciação e voto, o incluso Projeto de Lei, que “Altera a Lei nº 3.163, de 27 de outubro de 2009 que “dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, institui a Diretoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Condecon, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, e dá outras providências.”.”.

A presente proposta legislativa tem por finalidade promover a atualização da Lei Municipal nº 3.163, de 22 de setembro de 2009, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, institui a Diretoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC.

Desde sua promulgação, a referida legislação vem orientando as atividades e estruturação do sistema de defesa do consumidor no âmbito do Município. No entanto, passados mais de 15 anos, faz-se necessária sua revisão e modernização, a fim de adequá-la às novas demandas sociais, aos avanços normativos e às práticas administrativas atuais.

A atualização normativa visa garantir maior efetividade na atuação do PROCON Municipal, resguardando os direitos dos consumidores e assegurando a adequada prestação



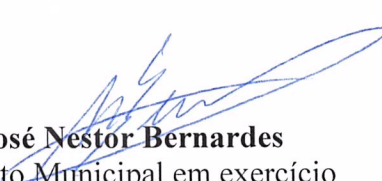
## MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

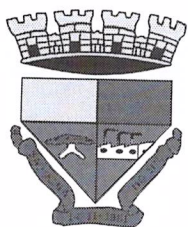
dos serviços públicos relacionados à proteção do consumidor, conforme preconiza o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).

Além disso, a proposta contribui para o fortalecimento do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, garantindo maior segurança jurídica e capacidade operacional aos órgãos e conselhos que o compõem, promovendo assim uma atuação mais eficiente, participativa e alinhada às políticas públicas contemporâneas de defesa do consumidor.

Ante o exposto, remeto à análise desta respeitável Casa Legislativa, para apreciação, votação e aprovação do presente Projeto de Lei, aproveitando para renovar os votos de respeito e consideração.

Sapucaia do Sul, 04 de abril de 2025.

  
**José Nestor Bernardes**  
Prefeito Municipal em exercício



MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI MUNICIPAL .../2025

Altera a Lei nº 3.163, de 27 de outubro de 2009 que “dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, institui a Diretoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Condecon, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, e dá outras providências.”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, faço saber que em cumprimento ao disposto no art. 82, incisos I, II, III e IV da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte,

**LEI:**

**Art. 1º** Fica alterado o parágrafo único do art. 8º da Lei Municipal nº 3.163, de 23 de junho de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º ...

Parágrafo único. O horário de funcionamento e atendimento ao público do PROCON será das 8h às 17h, podendo ser alterado por Decreto Municipal, de acordo com a oportunidade, conveniência e/ou necessidade.”

**Art. 2º** O inciso VIII do art. 10 da referida lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 ...

...

VIII – dois representantes de associações de consumidores que atendam aos requisitos do inciso IV do art. 82 da Lei Federal nº 8.078/90.”.

**Art. 3º** Fica revogado o inciso X do art. 10 da Lei Municipal nº 3.163, de 2009.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.